

PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL FRENTE AO PARCELAMENTO DE SALÁRIOS: UM ESTUDO COM OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*

PERSONAL FINANCIAL PLANNING AGAINST SALARY IN INSTALLMENT: A STUDY WITH PUBLIC EMPLOYEES IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL

Carolina Oliveira Peixoto**

Profa. Dra. Romina Batista de Lucena de Souza***

RESUMO

O parcelamento dos salários dos servidores públicos estaduais, determinado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, causou grande impacto na vida financeira dos servidores e, por consequência, afetou o planejamento financeiro pessoal desses trabalhadores. O objetivo desse estudo é identificar os impactos do parcelamento de salários no planejamento financeiro pessoal dos servidores estaduais do Rio Grande do Sul. Quanto aos procedimentos metodológicos, este estudo classifica-se como quantitativo, descritivo e de levantamento (survey). A coleta dos dados se deu através de questionário online e totalizou 405 respondentes, sendo 388 respostas aproveitadas. Os resultados encontrados revelam que mais de 70% dos servidores já possuíam um planejamento financeiro estruturado e 32% iniciaram algum controle financeiro após o parcelamento. Dentre os principais meios utilizados para contornar o parcelamento de salários, destacam-se o corte de gastos e a contratação do empréstimo bancário do Banrisul, específico para os servidores afetados pelo parcelamento. Referente as notas atribuídas pelos servidores aos seus planejamentos financeiros, percebe-se que houve um impacto negativo devido ao parcelamento, passando de 7,73 para 5,93. Quanto aos assuntos educação financeira e contabilidade pessoal, os servidores afirmam não os dominar totalmente e atribuem notas medianas para seus conhecimentos nessas áreas. Nota-se que, apesar de haver uma preocupação dos servidores quanto à necessidade de aperfeiçoar seus planejamentos financeiros e melhorar seus conhecimentos, há uma falta de iniciativa deles para concretizar este desejo.

Palavras-chave: Planejamento Financeiro Pessoal. Parcelamento de Salários. Contabilidade Pessoal. Educação Financeira.

ABSTRACT

The installment of salaries of state public agents, imposed by the State of Rio Grande do Sul, had a big impact on the financial lives of many individuals and, consequently, affected the financial planning of these people and their families. The objective of this study is to identify the impacts of the salary installment in the personal financial planning of the state public agents of Rio Grande do Sul. As for the methodological procedures, this study is classified as

* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no segundo semestre de 2018, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

** Graduanda do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. (carolinaop96@hotmail.com).

*** Orientadora. Mestra em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (rominabl@gmail.com).

quantitative, descriptive and survey. The data collection was done through an online questionnaire, applied to the servers that suffered the salary installment and totaled 405 respondents, being used in the research 388 answers. The results show that more than 70% of the servers already had a structured financial planning and 32% started some financial control after the installment. Among the main means used to circumvent the salary installment, stands out the cut in expenses and the hiring of Banrisul's bank loan, offered especially for the employees in this situation. Referring to the notes attributed by the servers to their financial planning, it is perceived that there was a negative impact due to the installment, passing from 7.73 for 5.93. About the subjects financial education and personal accounting, the servants claim not to totally dominate the subject and assign medium grades to their knowledge. It is noteworthy that, although there is a concern of the servants about the need to improve their financial planning and improve their knowledge in subjects such as financial education and personal accounting, there is a lack of initiative by them to realize this desire.

Keywords: Personal Financial Planning. Salary in Installment. Personal Accounting. Financial Education.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade surgiu em meio à necessidade das pessoas de controlar e organizar seu patrimônio. “Até o século XVI, o principal objetivo da contabilidade era produzir informação para o proprietário” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007, p.40). Com o aumento dos patrimônios individuais e do próprio mercado, esse cenário começou a mudar e a contabilidade tomou outro rumo. Atualmente, a contabilidade visa principalmente entidades e pessoas jurídicas.

Ressalta-se que, mesmo sendo utilizado predominantemente por pessoas jurídicas, o famoso método de partidas dobradas, conforme defendido por Iudicibus (1995, p. 21), “tem aplicação a qualquer tipo de pessoa, física ou jurídica, com finalidades lucrativas ou não, que tenha necessidade de exercer atividades econômicas para alcançar suas finalidades”. Ou seja, “a contabilidade não deixa de desempenhar seu papel de ordem e controle das finanças também no caso dos patrimônios individuais” (IUDICIBUS, 1995, p. 24).

Apesar da origem contábil ser para controle pessoal, em algum momento, o planejamento financeiro pessoal deixou de ser comumente utilizado. No Brasil, de acordo com uma pesquisa realizada em 2016 pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), 46% dos brasileiros não controlam seu orçamento. Esses dados revelam a vulnerabilidade financeira dos brasileiros frente a possíveis imprevistos e eventuais impasses que são suscetíveis de ocorrer durante a vida.

O parcelamento dos salários dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul é uma amostra de como impasses são possíveis de ocorrer e o quanto é necessário estar preparado financeiramente para eventuais circunstâncias. Diversos servidores sofreram prejuízos devido ao parcelamento de salários, tendo que moldar seu orçamento para conseguir quitar suas obrigações. Em alguns casos o servidor teve que escolher entre pagar a conta do aluguel, da água ou da luz. (RBS, 2017).

Nesse cenário, surge o seguinte questionamento: *Quais os impactos do parcelamento de salários no planejamento financeiro pessoal dos funcionários públicos do Estado do Rio Grande do Sul?* A fim de respondê-lo, este estudo tem por objetivo identificar os impactos do parcelamento de salários no planejamento financeiro pessoal dos funcionários públicos do Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, através dos questionários respondidos pelos funcionários públicos, analisou-se os métodos de controle pessoal pré e pós parcelamento; identificou-se os mecanismos escolhidos pelos servidores para lidar com o parcelamento de

salários e verificou-se algumas percepções deles quanto aos impactos do parcelamento em suas vidas.

Esse estudo justifica-se pela importância de abordar temas sobre planejamento financeiro pessoal, visto a carência de conhecimento e de planejamento financeiro dos brasileiros. Segundo dados da pesquisa do SPC Brasil e da CNDL, apenas 53,9% dos brasileiros possuem controle de seu orçamento pessoal (SPC; CNDL, 2016). Ademais, ressalta-se também a importância de se realizar pesquisas que abordem a contabilidade no âmbito pessoal, a fim de demonstrar as inúmeras utilidades da contabilidade para o planejamento pessoal dos indivíduos, pois como afirmado por Iudícibus et al. (2010), apesar de esquecida seguidamente, a contabilidade pessoal desempenha satisfatoriamente seu papel de ordem e controle das finanças pessoais.

O presente estudo está dividido em cinco seções: a primeira é a introdutória; a segunda apresenta o referencial teórico, que está dividida entre a definição de Planejamento Financeiro Pessoal, Educação Financeira, Contabilidade Pessoal e Estudos Relacionados; a terceira apresenta o percurso metodológico utilizado no estudo; a quarta apresenta a análise dos dados e os resultados do estudo; na quinta e última seção, são apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são apresentados os principais conceitos que permeiam o estudo, como o conceito de Planejamento Financeiro Pessoal, Educação Financeira e Contabilidade Pessoal. Além disso, ao final da seção são apresentados estudos relacionados publicados na área.

2.1 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

Planejamento financeiro pessoal, segundo Cerbasi (2004, p. 31), significa “estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família”. Tido como um aspecto importante das operações familiares, o planejamento financeiro auxilia no alcance dos objetivos ao mapear os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações das famílias. (GITMAN, 2001).

A importância e a necessidade de efetuar um planejamento financeiro são indiscutíveis. Para Frezatti (2009, p. 14), “Planejar é quase uma necessidade intrínseca, como é se alimentar para o ser humano”. Porém, salienta-se que apesar de, na teoria, parecer simples iniciar o planejamento, na prática, é preciso tomar decisões constantemente, visto que os desejos são ilimitados, mas os recursos, finitos. (TORRALVO, 2008)

No Brasil, a prática do planejamento financeiro não é disseminada. Mesmo reconhecendo a falta de organização financeira, os brasileiros continuam pecando quando o assunto é se planejar financeiramente. Os principais apontamentos para essa falta de organização financeira são a falta de controle com os gastos, o desconhecimento quanto ao valor pago de juros e o valor recebido dos rendimentos, o não planejamento de imprevistos e a desorganização pessoal (SPC; CNDL, 2016). Visto que o planejamento financeiro não é comumente utilizado, quando se encontram em dificuldades financeiras, 30,7% dos brasileiros recorrem ao cartão de crédito, 28,9% resgatam valores da poupança ou outras reservas financeiras e 23,3% pedem ajuda a familiares e amigos.

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira tem como propósito ensinar como administrar o dinheiro com mais sabedoria. Segundo Sebstad e Cohen (2003, p.8), um dos objetivos da educação financeira é, “capacitar as pessoas a tornarem-se mais informadas nas suas decisões financeiras”. Além

disso, ela também objetiva-se a “desenvolver a consciência das questões e escolhas referentes às suas finanças pessoais” (SEBSTAD; OHEN, 2003, p.8).

Diante da complexidade do mercado e da necessidade de conhecimento da população, surge-se a preocupação em difundir conteúdos acessíveis sobre este assunto. No Brasil, o ensino da educação financeira é cada vez mais destacado. Em 2010, através do Decreto nº 7.397, foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que visa promover a educação financeira e previdenciária do país, conscientizando o cidadão a administrar seus recursos (BCB, 2010).

Apesar das iniciativas promovidas, a educação financeira ainda é fraca entre os brasileiros. Segundo a 4ª edição do Indicador de Educação Financeira (INDEF) realizada em 2017 pelo Serasa Experian, a nota média de educação financeira da população brasileira foi de 6,2 pontos. Além disso, o Brasil encontra-se na 27ª colocação geral no estudo realizado pela OECD em 2015 que visou medir as competências da população de diversos países quanto à educação financeira.

A carência de programas de educação financeira que visam o consumo consciente e o planejamento para o futuro é um fator que contribui para essa realidade (RIBEIRO, 2016). A falta de conhecimento financeiro impede os indivíduos de adotarem comportamentos que melhorariam sua segurança financeira (OECD, 2016). Para Ribeiro (2016) o estímulo ao consumo e a acessibilidade do crédito aumentam o gasto descontrolado, sendo fatores preocupantes visto que a gestão financeira pessoal é colocada em segundo plano nesses casos. Como consequência dessa realidade, as pessoas acabam endividando-se.

O endividamento está ligado ao ato de contrair dívidas e não apresenta necessariamente um cenário ruim. Segundo dados de uma pesquisa divulgada em julho de 2017 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 57,1% das famílias brasileiras estão endividadas e 24,2% estão inadimplentes. Dentre as causas, destaca-se o cartão de crédito como o principal fator de endividamento, atingindo 76,8% das famílias que possuem dívidas. (CNC, 2017)

De acordo com Frade e Magalhães (2006, p. 25) “quando contratado em situação de estabilidade financeira e laboral, o crédito permite melhorar a acessibilidade de determinados bens e serviços, contribuindo para o aumento do bem-estar dos indivíduos e das famílias”. Ou seja, o uso do crédito não configura um mal por si só, o problema está no uso indevido. Portanto, percebe-se que a falta de conhecimento e entendimento em educação financeira é um dos fatores que acarreta o endividamento dos indivíduos.

2.3 CONTABILIDADE PESSOAL

A contabilidade, apesar de muito associada com pessoas jurídicas, também atende os interesses das pessoas físicas. Conforme Greco, Arend e Gärtner (2006, p. 2), “ela registra, estuda e interpreta (por análise) os fatos financeiros e econômicos que afetam a situação patrimonial de determinada pessoa física ou jurídica”. Em concordância, Iudícibus et al. (2010) atesta que, apesar de esquecida seguidamente, a contabilidade pessoal desempenha satisfatoriamente seu papel de ordem e controle das finanças pessoais, auxiliando no controle, ordem e equilíbrio dos orçamentos pessoais.

De acordo com Pires (2005) quando o indivíduo realiza o registro de suas operações financeiras a fim de controlar e gerir suas finanças está se utilizando da contabilidade pessoal. Ainda nesse sentido, Ferrari (2011, p. 2), afirma que “o campo de aplicação da contabilidade se estende a todas as entidades que possuam patrimônio, sejam físicas ou jurídicas, de fins lucrativos ou não”.

Percebe-se então que a maioria dos conceitos e técnicas contábeis utilizados na gestão das pessoas jurídicas também podem ser utilizados para análise, comparação e tomada de

decisões financeiras de uma pessoa física (OLIVEIRA, 2012). Além disso, a utilização da contabilidade pessoal auxilia na prevenção do endividamento, pois possibilita à pessoa uma visão mais clara das suas reais condições e obrigações.

2.4 ESTUDOS RELACIONADOS

No estudo de Shius (2009) o objetivo estabelecido foi criar um modelo de gestão financeira pessoal compreensível por todos. Para isso o autor pesquisou hábitos e opiniões dos indivíduos sobre finanças pessoais. Dentre os resultados encontrados, destacam-se o fato de que apenas 35,27% dos questionados na pesquisa possuíam um planejamento financeiro e 24,18% iniciaram este planejamento após passarem por uma crise financeira. Ademais, Shius identificou que dentre os 64,73% de indivíduos que não realizavam um planejamento, apenas 5,94% não o faziam pois tinham preguiça.

Santos e Silva (2014) identificaram as principais causas do endividamento financeiro familiar e avaliaram a contribuição do planejamento financeiro para sua minimização. Para tanto, eles identificaram o nível de comprometimento da renda das famílias e o perfil social, econômico e financeiro das mesmas. Com o estudo, os autores concluíram que 20% dos respondentes não utilizavam qualquer tipo de controle ou planejamento e entre aqueles que mantinham um planejamento, o caderno de anotações era o método mais utilizado para o controle dos gastos.

Mariga e Locatelli (2015) buscaram identificar a forma que os acadêmicos de uma instituição de ensino superior do município de Palmitos/SC realizavam seu planejamento contábil pessoal. Para tanto, as autoras identificaram quais os tipos de renda, de investimentos e de endividamento desses estudantes, verificando também se havia algum indicador de inadimplência entre eles. A conclusão alcançada foi de que a contabilidade é de fato importante no dia a dia das pessoas e que os acadêmicos têm noção dessa importância, mantendo um controle e planejamento financeiro através de planilhas ou até mesmo cadernos. Mariga e Locatelli (2015) também notaram que entre os estudantes questionados, não havia grandes problemas com endividamentos, visto que aqueles que possuíam dívidas, às tinham como meio de investimento em imóveis ou móveis.

Em Pereira, Pereira e Treml (2015) o objetivo foi analisar a percepção dos egressos do curso de Ciências Contábeis de uma universidade comunitária do norte de Santa Catarina quanto à utilização da contabilidade no controle das finanças pessoais. Os resultados da pesquisa apontaram que, na percepção dos egressos, a “contabilidade é uma ciência parcialmente complexa, o que pode dificultar a sua utilização para controle das finanças pessoais” (PEREIRA, PEREIRA e TREML, 2015, p. 9). Além disso, os autores identificaram que a maioria dos egressos acreditam possuir um grau bom ou elevado de conhecimento sobre finanças pessoais por consequência da educação familiar e principalmente da faculdade.

Johann e Braido (2017) objetivaram identificar o comportamento financeiro pessoal dos alunos do terceiro ano noturno do Ensino Médio da rede pública de ensino da cidade de Lajeado/RS. Para tanto, os autores primeiramente realizaram uma revisão da literatura referente à temas como educação financeira, administração de finanças pessoais, orçamento doméstico e controle financeiro pessoal, para então aplicar o questionário aos estudantes. A conclusão dos autores foi de que os alunos eram pouco endividados, tinham preocupações em gerenciar melhor seu dinheiro e normalmente não gastavam mais do que recebiam. Além disso, dentre os resultados obtidos, ressalta-se o fato de que 44,87% dos alunos não realizam um acompanhamento financeiro.

Fala e Chala (2018) buscaram identificar as características do conhecimento, das atitudes e das práticas no uso dos principais meios de financiamento que estão atraindo os estudantes da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Surcolombiana. Os

autores optaram por utilizar o questionário como meio de coleta de dados. Dentre os resultados encontrados, evidencia-se o fato de que 64% dos alunos da sede possuem um planejamento financeiro e apenas 36% não realizam esse planejamento. A conclusão alcançada no estudo foi de que há diferentes focos de fragilidades acadêmicas frente à educação financeira.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo de pesquisa é descritivo. Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador (ALMEIDA, 1996, p.104). Com relação ao objetivo das pesquisas descritivas, ela “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42).

O problema da pesquisa foi abordado de maneira quantitativa. Tendo em vista o objetivo de identificar as mudanças no planejamento financeiro pessoal dos servidores públicos do estado do Rio Grande do Sul após o parcelamento de salários, considerou-se que a abordagem quantitativa é a estratégia mais adequada, pois, segundo Fonseca (2002, p. 20), “a pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.”.

Com base nos procedimentos técnicos, o presente estudo é classificado como um levantamento (survey). De acordo com Gil (1999, p.70), as pesquisas de levantamento caracterizam-se “pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecerem.”. Dentre as vantagens deste método, Gerhardt e Silveira (2009) ressalta a capacidade de se obter um conhecimento direto da realidade e a predisposição de se obter dados agrupados em tabelas, fator este que possibilita uma análise estatística promissora.

O levantamento das informações foi realizado por meio de um questionário online, disponibilizado no dia 04/09/2018 através da ferramenta Google Forms e encerrado no dia 04/10/2018. Devendo ser respondido sem a presença do pesquisador, o questionário constituiu-se por uma série de perguntas escritas em uma linguagem simples e direta, facilitando a compreensão do respondente. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). O questionário foi composto por 26 perguntas fechadas, sendo 10 de escolha simples, 5 de múltipla escolha, 5 de escala, 5 dicotômicas e 1 de escala Likert.

A população consiste em todos os servidores públicos que sofreram o parcelamento dos salários devido à situação financeira do Estado do Rio Grande do Sul. A amostra final, determinada aleatoriamente, que garante certeza de 95% e possui margem de erro de 5%, consiste em 388 funcionários respondentes. Colauto e Beuren (2008, p.120) definem amostra como “uma pequena parte da população ou do universo selecionada em conformidade às regras”. O questionário obteve 405 respostas, porém somente 388 respondentes foram considerados válidos para esta pesquisa. Considerou-se respondentes válidos aqueles servidores estaduais que sofreram o parcelamento de salário em algum momento nos últimos dois anos.

Após verificar e descartar as respostas que não eram válidas para este estudo, os resultados encontrados foram tabulados com o auxílio do *Software Microsoft Excel*. Para a análise de dados, optou-se por verificar a frequência dos dados encontrados, além de identificar a média de resultados pertinentes.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção são apresentados os resultados das análises dos dados coletados a partir das respostas dos questionários aplicados. As análises são apresentadas em quatro momentos: Perfil dos respondentes; Planejamento financeiro pessoal dos servidores; e Percepções dos servidores quanto ao impacto do parcelamento.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

De 388 respondentes, 226 são mulheres (58%) e 162 são homens (42%). A maioria absoluta está ativa (85%), ou seja, regularmente empregada, e apenas 15% encontra-se inativo (aposentado). A faixa etária dos respondentes é variada, porém nota-se uma presença maior de servidores acima de 51 anos.

Tabela 1 – Perfil dos respondentes

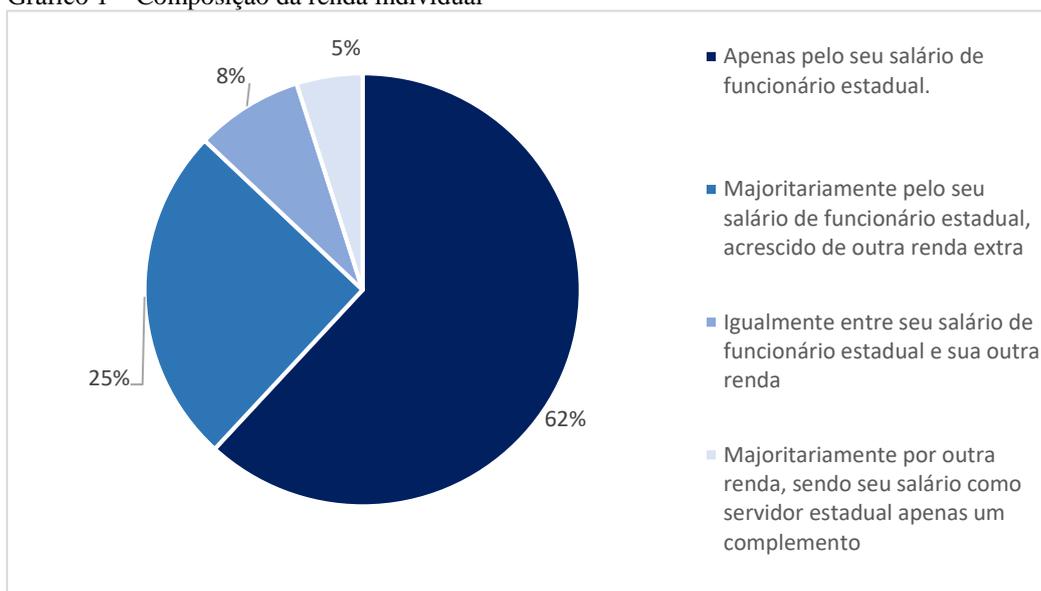
Variáveis	Vínculo atual com o Estado		Total	%
	Ativo	Inativo		
Gênero	329	59	388	100%
Feminino	175	51	226	58%
Masculino	154	8	162	42%
Faixa etária	329	59	388	100%
Abaixo de 20 anos	0	0	0	0%
De 21 a 30 anos	41	0	41	11%
De 31 a 40 anos	108	1	109	28%
De 41 a 50 anos	98	5	103	27%
Acima de 51 anos	82	53	135	35%
Estado civil	329	59	388	100%
Casado/ União estável	230	36	266	69%
Divorciado/Separado	37	8	45	12%
Solteiro	59	6	65	17%
Viúvo	3	9	12	3%
Escolaridade	329	59	388	100%
Ensino Fundamental Completo	0	2	2	1%
Ensino Médio Incompleto	1	1	2	1%
Ensino Médio Completo	17	7	24	6%
Ensino Superior Incompleto	35	2	37	10%
Ensino Superior Completo	120	20	140	36%
Especialização	127	20	147	38%
MBA	5	1	6	2%
Mestrado	20	6	26	7%
Doutorado	4	0	4	1%
Renda	329	59	388	100%
Até R\$ 2.000,00	34	8	42	11%
De R\$ 2.001,00 até R\$ 5.000,00	161	20	181	47%
De R\$ 5.001,00 até R\$ 10.000,00	53	15	68	18%
De R\$ 10.001,00 até R\$ 20.000,00	32	6	38	10%
De R\$ 20.001,00 até R\$ 30.000,00	40	6	46	12%
Acima de R\$ 30.001,00	9	4	13	3%

Fonte: Elaborada com base em dados da pesquisa (2018).

Em questão de ensino, como pode-se ver na Tabela 1, há uma disparidade. Apenas 7% dos respondentes não possuem ensino superior e cerca de 93% dos servidores estão cursando ou já concluíram o ensino superior. Além disso, destes 93%, há 36% que também possuem especialização, 7% que possuem mestrado, 2% que possuem MBA e 1% que possui doutorado.

A faixa salarial mensal dos servidores respondentes varia bastante, sendo possível identificar servidores que ganham menos de R\$ 2.000,00 ao mês até servidores que recebem acima de R\$ 30.000,00 mensais. Outro fator observável é a predominância da dedicação exclusiva ao Estado.

Gráfico 1 – Composição da renda individual

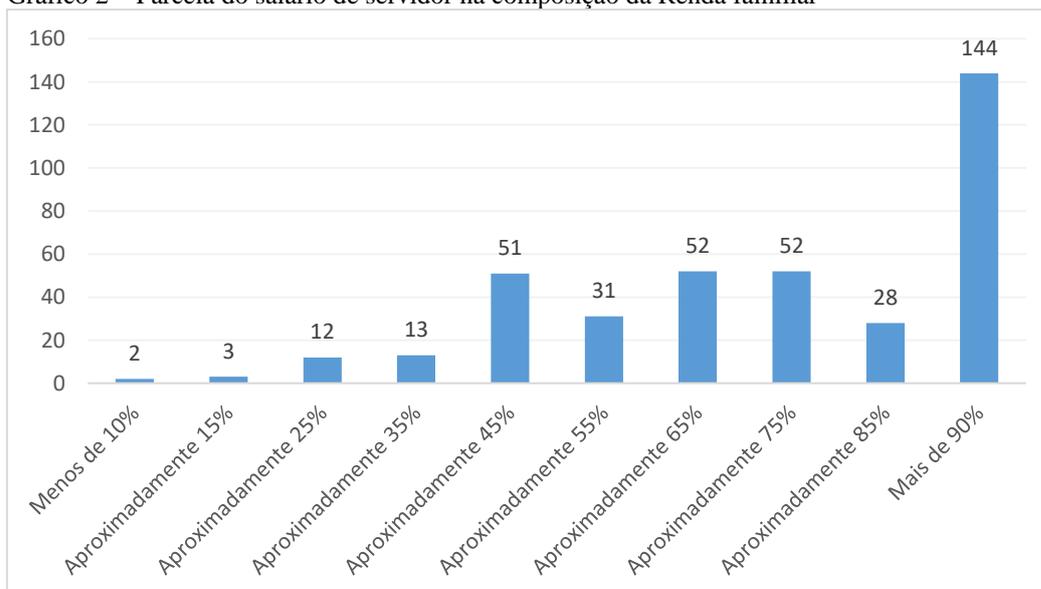


Fonte: Elaborada com base em dados da pesquisa (2018)

Conforme visualizado no Gráfico 1, 62% dos servidores possuem o salário de funcionário público como sua única fonte de renda e 25% relatam que apesar de possuírem outra renda, seu salário como servidor permanece como sua principal fonte de renda. Sendo assim, nota-se que em 87% dos casos, o salário de funcionário público constitui-se como a principal fonte de renda individual dos respondentes.

Ainda com relação a renda dos servidores, como observa-se no Gráfico 2, 224 servidores afirmam que sua renda individual representa mais de 75% da renda total de sua casa. Ou seja, 58% dos respondentes possuem grande responsabilidade na renda total de sua casa, caracterizando-se como os principais provedores da família.

Gráfico 2 – Parcela do salário de servidor na composição da Renda familiar



Fonte: Elaborada com base em dados da pesquisa (2018).

Também é possível verificar, através do Gráfico 2, que cerca de 82 servidores (21%) possuem entre 45% e 65% de responsabilidade na renda familiar mensal e apenas 30 respondentes (10%) têm uma participação mínima de no máximo 35% na composição da renda

familiar total. Sendo assim, percebe-se a importância que o salário de funcionário público tem perante a renda das famílias dos servidores.

Quanto ao nível de conhecimento em educação financeira e contabilidade pessoal, as notas atribuídas pelos servidores para seu conhecimento foram medianas em ambos assuntos, conforme visualizado no Tabela 2. A nota média atribuída foi de 6,28 para o conhecimento em contabilidade pessoal e de 6,08 para o conhecimento em educação financeira, valores que se aproximam aos resultados encontrados na última edição do Indicador de Educação Financeira (INDEF) da Serasa Experian, que avaliou o nível de educação financeira dos brasileiros, identificando uma nota média de 6,2 (INDEF, 2016).

Tabela 2 – Notas dos servidores para seus conhecimentos

Temas	Notas										Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Educação Financeira	7%	4%	5%	10%	12%	13%	18%	15%	7%	8%	6,08
Contabilidade Pessoal	5%	4%	6%	8%	15%	9%	16%	15%	11%	11%	6,28

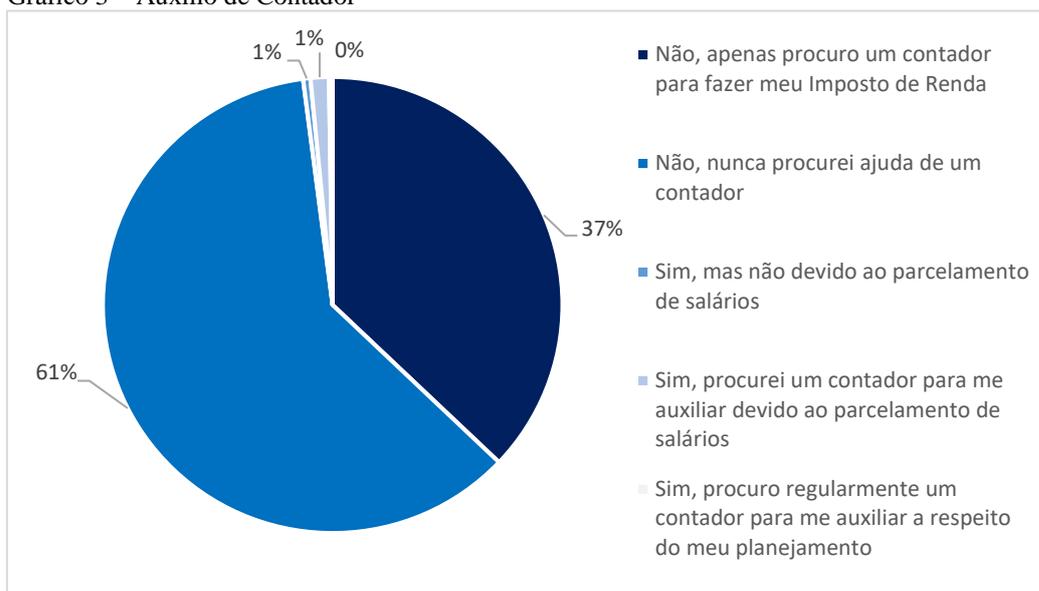
Fonte: Elaborado com base em dados da pesquisa (2018).

Em consonância, Johann e Braidó (2017) identificaram em seu estudo que os alunos do terceiro ano noturno do ensino médio da rede pública de ensino da cidade de Lajeado julgaram seu conhecimento em finanças pessoais como mediano, assim como os servidores. Entretanto, a nota média dos servidores em educação financeiro atingiu 6,08 pontos, já a nota atribuída pelos estudando ficou em torno de 5,82 pontos.

Pereira, Pereira e Treml (2015) concluíram em seu estudo que a maioria dos egressos acreditam possuir um grau bom ou elevado de conhecimento sobre finanças pessoais, sendo que 90% dos respondentes afirmam possuir conhecimento médio e 10% relatam possuir conhecimento elevado. Em comparação com a presente estudo, nota-se que os servidores estaduais não acreditam possuir tamanho conhecimento em finanças quanto os egressos do curso de ciência contábeis da universidade comunitária estudada.

Mesmo afirmando não possuir grandes conhecimentos em contabilidade pessoal e em educação financeira, os servidores não relatam buscar ajuda de contadores para auxiliá-los em suas finanças. Conforme o Gráfico 3, nota-se que apenas 2% dos servidores procuram contadores para auxiliá-los em seus planejamentos financeiros.

Gráfico 3 – Auxílio de Contador



Fonte: Elaborada com base em dados da pesquisa (2018).

Observa-se também que ao menos 37% dos respondentes contatam um contador para declaração do imposto de renda e 61% nunca sequer procurou a ajuda de um contador durante sua vida. Nesses aspectos, identifica-se o esquecimento da contabilidade pessoal, referenciado por Iudícibus et al. (2010).

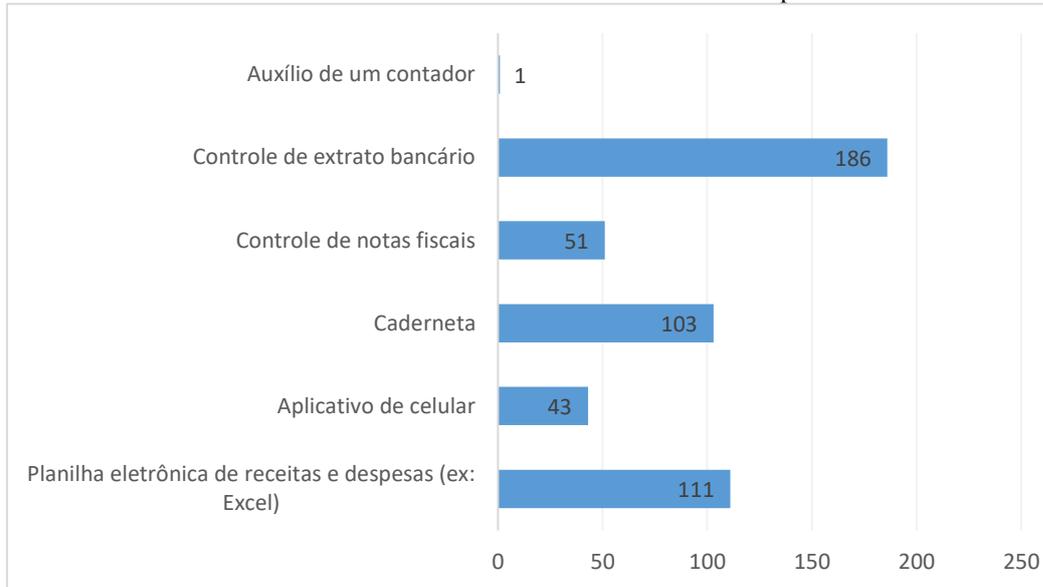
4.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL DOS SERVIDORES

Dentre os 388 servidores estaduais questionados, 116 relataram não possuir um planejamento financeiro estruturado e 272 afirmaram que, antes de haver o parcelamento de salários, já possuíam um planejamento financeiro pessoal. Ou seja, 70,1% planejavam-se financeiramente, enquanto 29,9% não possuíam um acompanhamento financeiro antes do parcelamento. Comparando-se este cenário com pesquisas recentes, percebe-se que os resultados obtidos no presente estudo se encontram dentro de um cenário positivo.

No estudo de Johann e Braido (2017), 44,87% dos alunos questionados não possuíam acompanhamento financeiro e na pesquisa do SPC (2016), 45,8% dos entrevistados não realizavam um controle sistemático do seu orçamento. Já no estudo de Fala e Chala (2018), nota-se uma maior semelhança dos dados, onde 36% dos estudantes questionados não possuíam um planejamento financeiro.

A fim de compreender a maneira como os servidores se planejavam financeiramente, questionou-se quais os meios de controle que eles utilizavam. Conforme demonstrado no Gráfico 4, antes do parcelamento de salários, o método de controle mais utilizado pelos servidores para controlar suas finanças era o controle por meio do extrato bancário, sendo usado por 68% dos respondentes. As anotações em planilha eletrônica e caderneta também são grandes aliadas dos servidores, estando presentes em, respectivamente, 41% e 38% dos planejamentos dos servidores. Por outro lado, há recursos pouco populares, como a procura por contadores. Apenas 1 dos 388 respondentes, afirma procurar ajuda de um contador para planejar-se financeiramente, o que demonstra o quanto a profissão contábil é esquecida no âmbito do planejamento pessoal.

Gráfico 4 – Instrumentos de controle financeiro dos servidores antes do parcelamento.

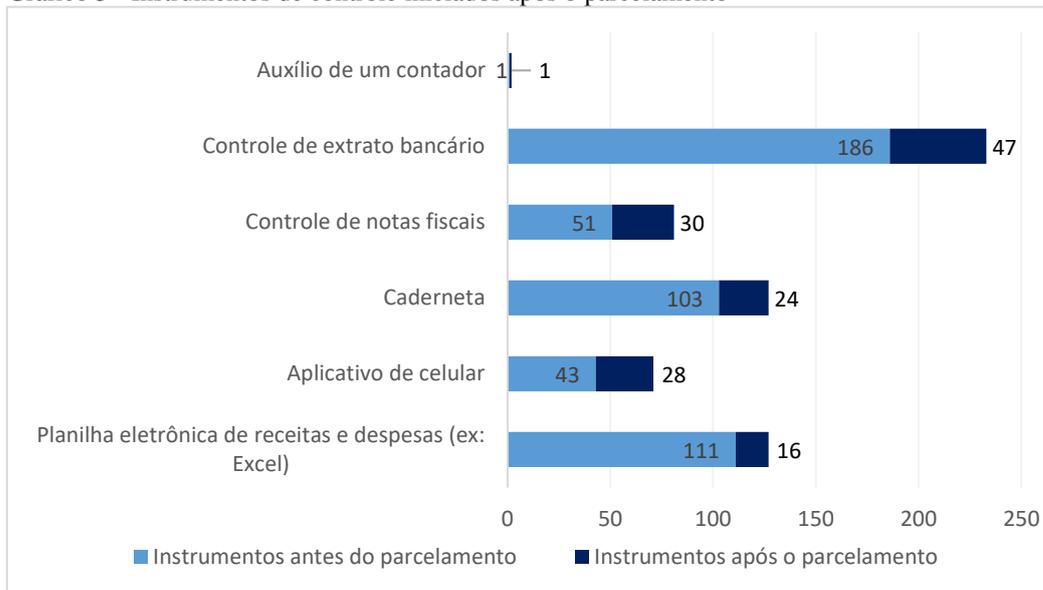


Fonte: Elaborada com base em dados da pesquisa (2018).

No estudo de Santos e Silva (2014), ao contrário do constatado nesse estudo, identificou-se que o principal método de planejamento utilizado pelos alunos questionados, tanto de Sergipe, quanto da Bahia, era o caderno de anotações, que estava presente em 41,54% e 36,92% dos planejamentos, respectivamente. Apesar da dissemelhança quanto ao principal método de controle financeiro utilizado pelos respondentes das duas pesquisas, nota-se que em ambos os estudos a caderneta de anotações destaca-se entre os métodos de controle, sendo utilizada por pelo menos um terço dos respondentes.

O controle por meio do extrato bancário, além de ser o meio de organização mais utilizado pelos servidores que já planejavam-se financeiramente, também foi principal o método que passou a ser utilizado após o parcelamento de salários, juntamente com o controle de notas fiscais e o uso de aplicativos celulares. Dos 124 servidores (32%) que afirmaram ter iniciado algum controle de suas finanças após o parcelamento, 38% indicaram o controle de extrato bancário como método escolhido, 24% relataram ter iniciado o controle por meio de notas fiscais e 23% passaram a utilizar aplicativos de celular, conforme evidenciado no Gráfico 5.

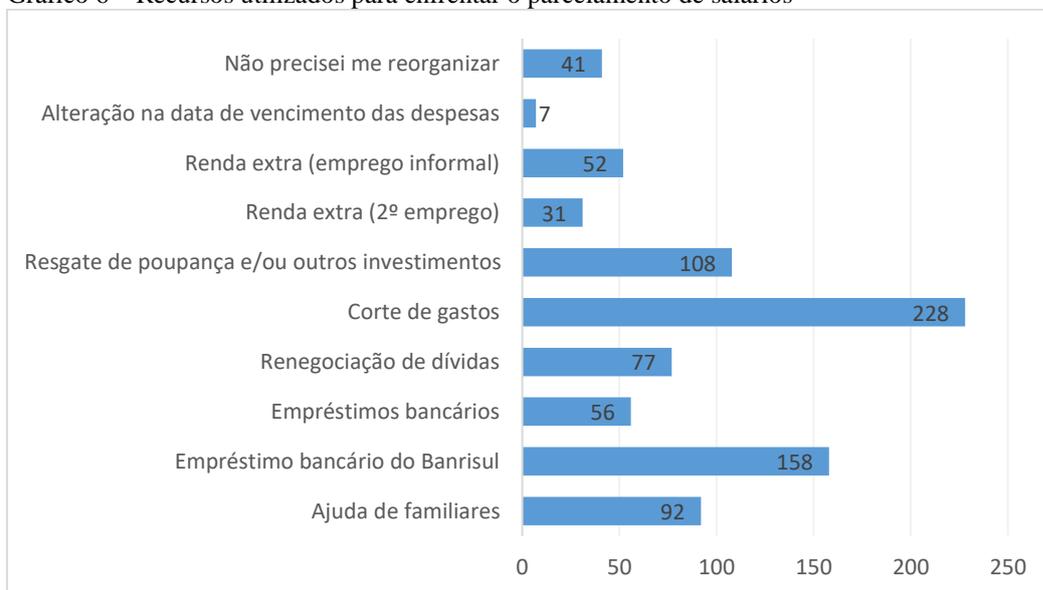
Gráfico 5 - Instrumentos de controle iniciados após o parcelamento



Fonte: Elaborada com base em dados da pesquisa (2018).

Ademais, procurou-se identificar quais recursos os servidores recorreram para se estabelecer após o parcelamento. Dentre estes recursos, destaca-se o corte de gastos. No total, 228 servidores diminuíram seus gastos devido ao parcelamento de salários. Porém, apesar de ser o recurso mais utilizado, somente em 25% das vezes o corte de gastos foi o único recurso escolhido pelos servidores, sendo recorrido em 44% das vezes juntamente com o empréstimo bancário oferecido pelo Banrisul específico para servidores com o salário parcelado.

Gráfico 6 – Recursos utilizados para enfrentar o parcelamento de salários



Fonte: Elaborada com base em dados da pesquisa (2018).

Conforme o Gráfico 6, o empréstimo do Banrisul foi o segundo recurso mais utilizado pelos servidores para contornar o parcelamento, aproximadamente 158 servidores (19%) utilizaram-se deste meio. O resgate de poupança e/ou outros investimentos também foi bastante utilizado, sendo que 108 servidores (28%) optaram por este meio para amenizar os impactos do parcelamento de salários em suas vidas financeiras. Resultado similar ao encontrado na pesquisa do SPC, em que 28,9% dos entrevistados afirmaram sacar dinheiro da poupança ou de

outras reservas financeiras quando encontravam-se em dificuldades financeiras. Ademais, identificou-se que 23,7% dos servidores também relataram recorrer à ajuda de familiares para superarem o parcelamento de salários, novamente assemelhando-se ao resultado identificado na pesquisa do SPC, em que 23,3% dos brasileiros relataram contraírem empréstimos de familiares e amigos quando encontram-se endividados. (SPC, 2016)

Mariga e Locatelli (2015), em seu estudo, questionaram os alunos de uma insituição de ensino superior quanto aos recursos que eles utilizariam caso, inesperadamente, seu salário não fosse suficiente para quitar todos os seus gastos e os resultados encontrados assemelham-se com os identificados nesta pesquisa. Assim como os servidores, os alunos relataram que recorreriam a familiares, regatariam reservas de aplicação ou poupança e até mesmo contratariam um empréstimo.

4.4 PERCEPÇÕES DOS SERVIDORES QUANTO AO IMPACTO DO PARCELAMENTO

Após o entendimento das mudanças ocorridas no planejamento financeiro pessoal dos servidores, buscou-se verificar a percepção deles quanto a qualidade de seus planejamentos antes e depois do parcelamento de salários. Para tanto, os servidores tiveram que atribuir uma nota, de 0 a 10, aos seus planejamentos financeiros.

Tabela 3 – Notas dos servidores para seu planejamentos financeiros

Cenários	Notas										Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Planejamento antes do parcelamento	1%	0%	1%	1%	10%	8%	17%	26%	15%	20%	7,73
Planejamento aperfeiçoado após o parcelamento	8%	4%	6%	7%	9%	9%	16%	17%	12%	12%	6,39
Planejamento não aperfeiçoado após o parcelamento	8%	2%	13%	9%	13%	8%	13%	16%	14%	6%	5,97
Planejamento iniciado após o parcelamento	10%	2%	12%	15%	13%	10%	12%	18%	7%	2%	5,40

Fonte: Elaborada com base em dados da pesquisa (2018).

Como identificado na Tabela 3, os servidores que já se planejavam financeiramente, atribuíram nota média de 7,73 para seu planejamento antes do parcelamento de salários. Quanto ao planejamento destes servidores após o parcelamento, as notas médias dadas foram de 6,39 pontos para aqueles que de alguma forma aperfeiçoaram seu planejamento após o parcelamento e 5,97 pontos e para aqueles que não o aperfeiçoaram.

Por fim, a nota média dada pelos servidores que não possuíam um planejamento estruturado e iniciaram algum controle financeiro devido ao parcelamento, foi de 5,4 pontos, a menor dentre todas as notas. Deste modo, comparando-se os quatro cenários apresentados, nota-se uma queda na qualidade dos planejamentos financeiros dos servidores afetados pelo parcelamento de salários.

Ademais, esse estudo também buscou analisar as percepções dos servidores quanto ao impacto do parcelamento de salários em suas vidas. Para tanto, utilizou-se a escala Likert, em que os respondentes foram requeridos a atribuir um número dentre 1 a 5 para algumas sentenças selecionadas. Os itens referem-se da seguinte maneira: 1 – Discordo totalmente; 2 – Discordo parcialmente; 3 – Não concordo, nem discordo; 4 – Concordo parcialmente; 5 – Concordo totalmente.

Tabela 4 – Relação das percepções dos servidores.

Questionamentos	Escala Likert					Média
	1	2	3	4	5	
1 Minhas dívidas aumentaram devido ao parcelamento	26%	21%	9%	18%	26%	2,96
2 Melhorei meu conhecimento em educação financeira devido ao parcelamento	33%	22%	16%	21%	6%	2,45
3 Comecei a me organizar financeiramente por causa do parcelamento	32%	23%	9%	24%	11%	2,60
4 Aumentei o controle dos meus gastos após o parcelamento	19%	24%	8%	27%	22%	3,09
5 O parcelamento não afetou minha vida financeira	56%	24%	4%	8%	9%	1,88
6 Acredito que não teria sido tão afetado pelo parcelamento caso me planejasse financeiramente	43%	25%	12%	12%	8%	2,16
7 Não possuo um planejamento financeiro pois tenho preguiça de anotar meus gastos	57%	21%	9%	10%	4%	1,82
8 O conhecimento em contabilidade auxilia num melhor planejamento financeiro	11%	23%	11%	22%	32%	3,41
9 O parcelamento fez com que mais pessoas buscassem conhecimento contábil para gerir suas finanças	18%	25%	22%	23%	12%	2,87
10 Aqueles que não possuíam bom conhecimento de contabilidade pessoal, foram mais afetados pelo parcelamento	20%	24%	14%	21%	22%	2,99
11 Uma das funções do contador é auxiliar o planejamento financeiros das pessoas	8%	24%	14%	24%	30%	3,43

Fonte: Elaborada com base em dados da pesquisa (2018).

Conforme indicado na Tabela 4, 56% dos servidores concordam totalmente que o parcelamento afetou suas vidas financeiras e 24% concordam parcialmente que o parcelamento afetou suas finanças. Apesar disso, mais da metade dos servidores (53%) concordam ao menos parcialmente que o parcelamento não os incentivou a planejarem-se financeiramente.

No que tange a profissão contábil, 54% dos servidores ao menos concordam parcialmente que uma das funções do contador é auxiliar o planejamento financeiro das pessoas. Pensamento que permeia o estudo de Iudícibus et al. (2010) em que ele corrobora o satisfatório desempenho da contabilidade no âmbito pessoal, visto que ela auxilia tanto o controle, quanto a ordem e o equilíbrio dos orçamentos pessoais.

Para Oliveira (2012), os conhecimentos dos conceitos e técnicas contábeis podem ser utilizados para análise, comparação e também para tomada de decisões financeiras de uma pessoa física. Em concordância, 54% dos servidores concordam ao menos parcialmente que o conhecimento em contabilidade auxilia num melhor planejamento financeiro. Porém, apesar de reconhecerem a importância do conhecimento contábil e financeiro, 55% dos servidores afirmam que não buscaram aperfeiçoar seus conhecimentos nessa área após o parcelamento de salários.

Nota-se ainda que, assim como na pesquisa de Shius (2009), a falta de planejamento financeiro pessoal dos questionados não advém da preguiça de anotar os seus gastos, sendo que

apenas 4% dos servidores e 5,95% dos indivíduos questionados no estudo de Shius (2009) relatam ter preguiça de anotar seus gastos e por isso não realizam um planejamento financeiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por finalidade identificar os impactos do parcelamento de salários no planejamento financeiro pessoal dos funcionários públicos do Estado do Rio Grande do Sul. Atentou-se para os métodos de controle pessoal utilizados pelos servidores antes e depois do parcelamento e quais foram os principais instrumentos utilizados para enfrentar o parcelamento de salários.

Analisando-se os resultados da pesquisa, no que se refere ao planejamento realizado pelos servidores, identificou-se que mais de 71% dos servidores já se planejavam financeiramente antes do parcelamento e que o principal método de organização financeira utilizado por eles é o controle por meio de extrato bancário, presente em 68% dos planejamentos financeiros. No estudo de Santos e Silva (2014), de maneira oposta a esta pesquisa, constatou-se que o método mais utilizado pelos 130 respondentes era o caderno de anotações.

Quanto ao impacto do parcelamento de salários no planejamento financeiro pessoal dos servidores, verificou-se que 80% afirmam ao menos parcialmente que sofreram impactos em seu planejamento devido ao parcelamento de salários, enquanto 17% relataram não terem sido afetados. Devido ao parcelamento, 32% dos servidores afirmam ter iniciado algum controle de suas finanças, sendo o controle de extrato bancário o método mais utilizado. Além disso, nota-se que nota média atribuída pelos servidores aos seus planejamentos financeiros decaiu após o parcelamento, passando de 7,73 para 5,93.

Além de complementar seus planejamentos, outras saídas encontradas pelos servidores para contornar o parcelamento foram o corte de gastos, a contratação de empréstimos bancários, o resgate de poupanças e/ou outros investimentos e a ajuda de familiares. Métodos também identificados no estudo de Mariga e Locatelli (2015) e na pesquisa do SPC (2016).

Em comparação com o estudo de Mariga e Locatelli (2015), observa-se uma semelhança quanto a importância da contabilidade pessoal. Mariga e Locatelli (2015) defenderam a importância da contabilidade no dia a dia das pessoas e identificaram que os acadêmicos possuíam noção desta importância, assim como os servidores desta pesquisa, onde 54% afirmaram concordar ao menos parcialmente que o conhecimento em contabilidade pessoal é importante para o sucesso de um planejamento financeiro.

Ademais, percebe-se que, no que tange a área de educação financeira, os servidores não tiveram grandes melhoras. Apesar de suas autoavaliações, que permearam 6,08 pontos, somente 27% dos servidores afirmaram ao menos parcialmente ter buscado aumentar seu conhecimento em educação financeira. Desta maneira, percebe-se que apesar de haver uma preocupação dos servidores quanto à necessidade de aperfeiçoar seus planejamentos financeiros e melhorar seus conhecimentos em temas como educação financeira e contabilidade pessoal, há uma falta de iniciativa dos mesmos para concretizar este desejo.

Ressalta-se que, em virtude da diversidade populacional e de algumas características específicas de cada região geográfica, os resultados obtidos neste estudo não podem ser generalizados para todos os servidores do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, as considerações limitam-se a apresentar dados próximos a realidade, tendo como margem de erro 5 pontos para mais ou para menos, e certeza de 95%.

Como possíveis estudos futuros, sugere-se realizar pesquisas referente ao uso da contabilidade no planejamento financeiro de diversos segmentos da sociedade, ampliando-se o campo da pesquisa para além dos servidores do Estado do Rio Grande do Sul. Ademais, aconselha-se o desenvolvimento de mais trabalhos relacionados a contabilidade pessoal,

ressaltando sua importância para o planejamento financeiro pessoal dos indivíduos e propiciando maior divulgação desse tema que muitas vezes é esquecido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Lúcia Pacheco de. **Como elaborar monografias**. 4. ed. Belém: Cejup, 1996.

BCB. **Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**. 2010. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/pef/PORT/enef.asp>>. Acesso em: 20 dez. 2017

CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Gente, 2004.

CNC. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)** - julho 2017. 2017. Disponível em: <<http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-32>>. Acesso em: 20 dez. 2017

COLAUTO, Romualdo Douglas; BEUREN, Ilse Maria. Coleta, análise e interpretação dos dados. In: BEUREN, Ilse Maria (Coord). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. cap 5, p. 117-144.

FALA, Carlos Harvey Salamanca; CHALA, Oscar Cortes. **Caracterizacion de los estudiantes de la facultad de economia y administracion de la universidad surcolombiana, en el manejo de sus finanzas en la vida person**. In: INTERNATIONAL FINANCE CONFERENCE, 18., 2018, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2018.

FERRARI, Ed Luiz. **Contabilidade Geral**. 11 ed. atualizada pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009 e pelas Normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). RIO DE JANEIRO: Impetus, 2011.

FRADE, Catarina; MAGALHÃES; Sara. Sobre-endividamento, a outra face do credito. In: MARQUES, Claudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli (Coord). **Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito**. São Paulo: RT, 2006.

FREZATTI, Fabio. **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Ufrgs, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira: essencial**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GRECO, Alvíσιο; AREND, Lauro; GÄRTNER, Günther. **Contabilidade – Teoria e Prática Básicas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

HENDRIKSEN, Eldon. S.; BREDÁ, Michael. F. Van. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. cap. 2, p. 38-52.

IUDICIBUS, Sérgio de; et al. **Contabilidade introdutória**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

JOHANN, Bruno Luís; BRAIDO, Gabriel Machado. **Comportamento financeiro pessoal de alunos do terceiro ano noturno do ensino médio da rede pública de ensino da cidade de Iajeado/rs**. 2017. Disponível em:

<<http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/1240/1112>>. Acesso em: 31 out. 2018.

MARIGA, Luana Paula; LOCATELLI, Daniela Berta. **Controles financeiros pessoais: um estudo sobre a contabilidade pessoal entre acadêmicos de uma instituição de ensino superior**. Revista Tecnológica, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 74-88, aug. 2015. Disponível em:

<<https://uceff.edu.br/revista/index.php/revista/article/view/60>>. Acesso em: 20 dec. 2017.

OECD/INFE. **International Survey of Adult Financial Literacy Competencies**. 2016.

Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD-INFE-International-Survey-of-Adult-Financial-Literacy-Competencies.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

OLIVEIRA, João Paulo Sassioto Farias de. **Contabilidade para pessoa física**. 2012.

Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/14927/contabilidade-para-pessoa-fisica>>. Acesso em: 27 jun. 2018

PEREIRA, Liandra; PEREIRA, Michele de Souza; TREML, Édina Elisangela Zellmer. **A Contabilidade como instrumento de controle das Finanças Pessoais: a percepção dos egressos do curso de Ciências Contábeis de uma universidade comunitária do norte de Santa Catarina**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2015, Ponta Grossa. Anais... Ponta Grossa, 2015.

PIRES, Elandro. Maicou. **Manual de finanças pessoais: Contabilidade pessoal, planejamento financeiro e fontes de investimentos utilizados na gestão e controle das finanças pessoais**.

2005. 79 f. Monografia. Graduação em Ciências Contábeis - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294292>> Acesso em: 12 abr. 2014.

RBS. **Parcelamento de salários leva mais servidores à polícia para registrar ocorrência contra governo do RS**. 2017. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/parcelamento-de-salarios-leva-mais-servidores-a-policia-para-registrar-ocorrencia-contra-governo-do-rs.ghtml>>. Acesso em: 20 dez. 2017

RIBEIRO, Ana Paula. **Quando se trata de educação financeira, Brasil fica mal na foto**..2016. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/quando-se-trata-de-educacao-financeira-brasil-fica-mal-na-foto-20385966>>. Acesso em 20 dez. 2017

SANTOS, Adla Carla; SILVA, Maciel. **Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões**

metropolitanas da Bahia e Sergipe. Revista Formadores, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 05-17, set. 2014. ISSN 2117-7780. Disponível em: <<http://seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores/article/view/396/413>>. Acesso em: 24 Dez. 2017.

SEBSTAD, Jennefer; COHEN, Monique. **Financial education for the poor**. 2003. Disponível em: <<https://www.microfinancegateway.org/sites/default/files/mfg-en-paperfinancial-education-for-the-poor-2003.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017

SERASA. **Mesmo com crise econômica e política, educação financeira do brasileiro fica estável em dois anos, revela Serasa**. 2018. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/mesmo-com-crise-economica-e-politica-educacao-financieira-do-brasileiro-fica-estavel-em-dois-anos-revela-serasa>>. Acesso em: 21 out. 2018

SHIUS, Fábio Mauricio. **A tríade da gestão financeira pessoal**. 2009. Dissertação (Mestrado em Gestão Financeira Aplicada) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Administração, Universidade Regional de Blumenau, Chapecó, 2009. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/producao-academica/a-triade-dagestao-financieira-pessoal/2285/>>. Acesso em: 1 de nov. de 2018

SPC. **46% dos brasileiros não controlam seu orçamento, revela pesquisa do SPC Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/1201>>. Acesso em: 28 nov. 2017

TORRALVO, Caio Fragata. **Planejamento financeiro pessoal: ciência ou arte?** 2008. Disponível em: http://www.igf.com.br/aprende/dicas/dicasResp.aspx?dica_Id=7611. Acesso em: 20 dez. 2017.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SERVIDORES

Qual seu sexo?

- Feminino
- Masculino

Qual sua idade?

- Abaixo de 21 anos
- De 21 a 30 anos
- De 31 a 40 anos
- De 41 a 50 anos
- Acima de 50 anos

Qual sua escolaridade?

- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Pós-graduação Completa
- Pós-graduação Incompleta
- Mestrado/Doutorado

Qual seu estado civil?

- Solteiro
- Casado/União estável
- Viúvo
- Divorciado/Separado

A qual esfera do Poder Estadual você está vinculado:

- Executivo
- Legislativo
- Judiciário

A qual secretaria você está vinculado?

- Casa Civil
- Procuradoria-Geral do Estado

- Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
- Secretaria da Fazenda
- Secretaria de Comunicação
- Secretaria da Segurança Pública
- Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação
- Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
- Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia
- Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
- Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos
- Secretaria da Educação
- Secretaria de Minas e Energia
- Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos
- Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação
- Secretaria da Saúde
- Secretaria dos Transportes
- Casa Militar
- Gabinete do Governador

Qual seu vínculo ATUAL com o estado?

- Ativo
- Inativo
- Outro

Você já sofreu parcelamento salarial em algum momento?

- Sim
- Não

Qual sua faixa salarial BRUTA como servidor público estadual?

- Até R\$ 2.000,00
- De R\$ 2.001,00 até R\$ 5.000,00
- De R\$ 5.001,00 até R\$ 10.000,00
- De R\$ 10.001,00 até R\$ 20.000,00
- De R\$ 20.001,00 até R\$ 30.000,00
- Acima de R\$ 30.001,00

Quem depende da sua renda mensal? (Múltipla escolha)

- Você
- Cônjuge
- Filhos
- Outros

Sua renda mensal individual é composta:

- Apenas pelo seu salário de funcionário público estadual.
- Majoritariamente pelo seu salário de funcionário público estadual, acrescido de outra renda extra.
- Igualmente entre o seu salário como funcionário público estadual e sua outra renda (50% à 50%).
- Majoritariamente por outra renda, sendo seu salário como funcionário público estadual apenas um complemento.

Quanto seu salário representa na renda total da sua casa?

Menos de 10%	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Mais de 90%
---------------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	--------------------

Você possui graduação ou tecnólogo em algum dos cursos abaixo? (Múltipla escolha)

- Administração
- Ciências Contábeis
- Ciências Atuariais
- Ciências Econômicas
- Administração
- Não possuo graduação ou tecnólogo em nenhum dos cursos listados

Como você avalia seu conhecimento em Educação Financeira?

Não possuo nenhum conhecimento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Possuo alto conhecimento
---------------------------------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	---------------------------------

Como você avalia seu conhecimento em Contabilidade Pessoal?

Não possuo nenhum conhecimento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Possuo alto conhecimento
---------------------------------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	---------------------------------

Você mantinha algum Planejamento Financeiro ANTES de haver o parcelamento dos salários?

Sim

Não

Como você avaliaria seu planejamento financeiros ANTES do parcelamento de salários?

Ruim

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

 Ótimo

Você começou algum tipo de Planejamento Financeiro APÓS o parcelamento de salários?

Sim

Não

Como você avaliaria seu planejamento financeiros APÓS o parcelamento de salários?

Ruim

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

 Ótimo

Você utilizava algum dos instrumentos listados abaixo para manter um controle de suas finanças ANTES de haver o parcelamento de salários? (Múltipla escolha)

Planilha eletrônica de receitas e despesas (ex: Excel)

Aplicativo de celular

Caderneta

Controle de notas fiscais

Controle de extrato bancário

Auxílio de um contador

Não possuía nenhum controle das minhas finanças

Você passou a utilizar algum dos instrumentos listados abaixo para manter um controle de suas finanças APÓS de haver o parcelamento de salários? (Múltipla escolha)

Planilha eletrônica de receitas e despesas (ex: Excel)

Aplicativo de celular

Caderneta

Controle de notas fiscais

Controle de extrato bancário

Auxílio de um contador

Não passei a utilizar nenhum controle para minhas finanças após o parcelamento

Outro

Quais dos seguintes itens você utilizou para se organizar após o parcelamento de salários? (Múltipla escolha)

- Ajuda de familiares.
- Empréstimo bancário do Banrisul, específico para os servidores afetados pelo parcelamento.
- Empréstimos bancários.
- Renegociação de dívidas.
- Corte de gastos.
- Resgate de poupança e/ou outros investimentos.
- Renda extra (2º emprego).
- Renda extra (emprego informal).
- Não precisei me reorganizar pós parcelamento de salários.
- Outro

Você alguma vez procurou ajuda profissional de um contador para auxiliar na sua organização financeira?

- Sim, procurei um contador para me auxiliar devido ao parcelamento de salários.
- Sim, mas não devido ao parcelamento de salários.
- Sim, procuro regularmente um contador para me auxiliar a respeito do meu planejamento.
- Não, apenas procurei um contador para fazer meu Imposto de Renda.
- Não, nunca procurei ajuda de um contador.

Você pediu exoneração devido o parcelamento de salários?

- Sim
- Não

Você conhece alguém que pediu exoneração devido o parcelamento de salários?

- Sim
- Não

Classifique cada sentença de acordo com sua realidade:

Sentença	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Minhas dívidas aumentaram devido ao parcelamento					
Melhorei minha educação financeira devido ao parcelamento					

Comecei a me organizar financeiramente por causa do parcelamento					
Aumentei o controle dos meus gastos após o parcelamento					
O parcelamento não afetou minha vida financeira					
Acredito que não teria sido tão afetado pelo parcelamento caso me planejasse financeiramente					
Não possuo um planejamento financeiro pois tenho preguiça de anotar meus gastos					
O conhecimento em contabilidade auxilia num melhor planejamento financeiro					
O parcelamento fez com que mais pessoas buscassem conhecimento contábil para gerir suas finanças					
Aqueles que não possuíam bom conhecimento de contabilidade pessoal, foram mais afetados pelo parcelamento					
Uma das funções do contador é auxiliar o planejamento financeiro das pessoas					